



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

Faculdade de Educação
Departamento de Organização e Gestão da Educação

**O Papel do Conselho da Escola na Ligação Escola-Comunidade,
caso Escola Primária Completa Machava Bedene**

Monografia

Ana Marta Siteo

Maputo, Agosto de 2018

O Papel do Conselho da Escola na Ligação Escola-Comunidade, caso Escola Primária Completa Machava Bedene

Ana Marta Siteo

Esta monografia é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado em Organização e Gestão de Educação na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Educação, Departamento de Organização e Gestão da Educação.

Supervisora

Doutora Maria da Conceição Loureiro Dias

Maputo, Agosto de 2018

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que este trabalho de monografia nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando no texto e na bibliografia as fontes utilizadas.

(Ana Marta Siteo)

Maputo, Agosto de 2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai (*in memoriam*) e à minha mãe que facultaram a minha primeira educação e a educação formal.

Aos meus filhos, para que sirva de fonte de inspiração e, em especial, ao meu esposo que me incentivou e me encorajou a continuar na carreira estudantil.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado graças à conjugação de esforços de diversas individualidades, de entre elas destaco:

A minha supervisora Doutora Maria da Conceição Loureiro Dias pelo papel importante que desempenhou na realização deste trabalho, pelos ensinamentos, disponibilidade, e paciência na correcção do mesmo.

Os professores da Faculdade de Educação, Departamento de Organização e Gestão de Educação pelos ensinamentos transmitidos durante a formação.

Os membros do Conselho da Escola Primária Completa Machava Bedene, por terem respondido o questionário e de forma especial, à Directora da Escola pelo apoio prestado no trabalho de recolha de dados.

Os meus colegas de turma e em especial ao meu grupo de estudo sem esquecer as colegas Guilhermina e Rosa pela convivência e partilha de conhecimentos durante a formação.

O meu cunhado pelo apoio na disponibilidade de material de consulta.

A minha família. Os meus filhos, meu esposo por terem suportado a minha ausência durante a minha formação.

E por fim, todos que directa ou indirectamente contribuíram para que este trabalho fosse uma realidade, o meu muito obrigado.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADE	Apoio Directo às Escolas
CE	Conselho da Escola
EPCMB	Escola Primária Completa Machava Bedene
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MINED	Ministério da Educação
PEA	Processo de Ensino e Aprendizagem
REGEB	Regulamento Geral do Ensino Básico

LISTA DE TABELAS

Tabela 2-1: Composição do Conselho de Escola	6
Tabela 3-1: Caracterização da Amostra	16
Tabela 4-1: Comparação da Composição do Conselho de Escola	20
Tabela 4-2: Opinião dos membros sobre a participação no CE	22
Tabela 4-3: Assuntos tratados com frequência nas reuniões do CE.....	28
Tabela 4.4: Assuntos que constam nas actas, analisados nas reuniões do CE	29

LISTA DE FIGURAS

Figura 3-1: Membros do CE da EPCMB	15
Figura 4-1: Forma de selecção dos membros para fazer parte do CE.....	21
Figura 4-2: Caracterização do funcionamento do CE da EPCMB	23
Figura 4-3: Instrumentos usados para anunciar as reuniões do CE.....	24
Figura 4-4: Frequência de realização das reuniões do CE	25
Figura 4-5: Frequência de participação nas reuniões do CE	26
Figura 4-6: Forma de Tomada de decisões no CE	27
Figura 4-7: Formas de apresentação de opiniões no CE	30
Figura 4-8: Caracterização do relacionamento entre esta escola e a comunidade	31
Figura 4-9: Mecanismos do C E da EPCMB para assegurar a participação da comunidade nas actividades da escola	33

Índice

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Problematização	2
1.2	Objectivos e questões de pesquisa	3
1.2.1	Objectivo geral	3
1.2.2	Objectivos específicos.....	3
1.2.3	Questões de pesquisa.....	3
1.3	Justificativa	4
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	5
2.1	Escola.....	5
2.2	Conselho da escola.....	6
2.2.1	Funções do Conselho de Escola e suas Competências em Moçambique	7
2.3	Comunidade.....	7
2.3.1	Comunidade Escolar	8
2.2	Participação	9
2.2.1	Tipos de participação nas organizações educativas	9
2.2.2	Níveis de participação nas organizações educativas	10
2.2.3	Importância da participação da comunidade na vida escolar	12
2.2.4	Factores que influenciam o envolvimento activo do CE na vida escolar.....	12
3	METODOLOGIA.....	14
3.1	Abordagem Metodológica.....	14
3.2	População e amostra	14
3.2.1	Caracterização da amostra.....	14
3.3	Instrumentos de recolha de dados.....	16
3.3.1	Questionário.....	16
3.3.2	Entrevista	17
3.3.3	Análise documental	17
3.4	Análise e tratamento dos resultados	18
3.5	Aspectos éticos	18
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	19

4.1	Descrição da Escola Primária Completa Machava Bedene.....	19
4.2	Composição e funcionamento do Conselho de Escola na EPCMB	19
4.3	Percepções dos membros do CE sobre o papel e actividades realizadas pelo CE	27
4.4	Mecanismos que o Conselho de Escola da EPCMB utiliza para assegurar a participação da comunidade na escola	30
5	CONCLUSÕES	35
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
	APÊNDICES E ANEXOS	40

RESUMO

O Conselho da Escola é o órgão máximo dos estabelecimentos de ensino que garante a ligação contínua entre a escola e a comunidade escolar, ou seja, é o órgão que garante a participação dos pais na escola. O presente estudo, com o tema “*o papel do conselho da escola na ligação escola-comunidade*” e tinha como objectivo compreender o papel do Conselho de Escola na ligação escola-comunidade na Escola Primária Completa Machava Bedene (EPCMB). Foi utilizada uma combinação de abordagens qualitativa e quantitativa com recurso ao questionário, entrevista e documentos como actas das reuniões do CE. Dada a dimensão reduzida da população e com vista a permitir captar uma opinião diversificada sobre o tema em estudo, a amostra envolveu todos os membros do Conselho no total de 19 e 2 membros da Direcção da Escola. Os dados do nosso estudo revelam que nesta escola, o CE é constituído por membros eleitos na escola e outros da comunidade e, cada membro é representante de um segmento que contribui em ideias e propostas para a melhoria da gestão escolar. O seu funcionamento foi caracterizado positivamente pelos seus membros, a participação é activa e as decisões são tomadas por consenso ou votação. Os assuntos apontados como sendo tratados com maior frequência nos CE foram a mobilização dos pais e encarregados de educação para apoiar a escola, pareceres sobre questões pedagógicas e cumprimento do regulamento interno. Um dos mecanismos mais usados pelo CE da EPCMB para assegurar a participação da comunidade nas actividades da escola refere-se às iniciativas para amparar os alunos vulneráveis e órfãos e ainda a organização de palestras sobre engajamento dos pais e/ou encarregados de educação no PEA em casa e na escola. As reuniões de pais e/ou encarregados de educação com os professores foi apontada como sendo a forma ideal para assegurar a participação da comunidade na vida escolar, pois, os pais e/ou encarregados de educação terão acesso a realidade dos seus educandos e saberão como ajudar quer em casa como na escola.

Palavras-chave: Escola; Comunidade; Conselho da Escola.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas quatro décadas, a abertura da escola à comunidade local tem vindo a suscitar a atenção, quer de teóricos, quer de investigadores. Este interesse político, social e científico crescente, sobre a extensão da própria concepção de escola, encontra a sua razão de ser na adopção de conceitos como autonomia, comunidade, território, participação, contrato, projecto, parceria, entre outros, que se têm transformado numa espécie de vocabulário obrigatório das políticas educativas públicas, mas também na emergência de políticas de gestão de âmbito mais local dos estabelecimentos escolares (Teixeira, 2011).

Segundo MINED (2012, p.80), o Conselho da Escola é o órgão máximo dos estabelecimentos de ensino que garante a ligação contínua entre a escola e a comunidade escolar, ou seja, é o órgão que garante a participação dos pais na escola. A participação, neste estudo, é vista como fazer parte na vida da comunidade escolar, em que cada interveniente é chamado a cooperar de acordo com a função que desempenha e de acordo com as suas possibilidades intelectuais e económicas.

O presente trabalho de pesquisa, com o tema “o papel do conselho da escola na ligação escola-comunidade, na Escola Primária Completa Machava Bedene”, tem como pano de fundo a compreensão do papel do CE na ligação escola-comunidade na Escola Primária Completa Machava Bedene. Assim, através deste tema, pretende-se compreender o papel do conselho de escola na ligação escola comunidade e sua contribuição para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, buscando perceber as opiniões dos intervenientes do conselho da escola e gestores escolares em relação a função e importância do conselho da escola na comunidade escolar.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos: O primeiro, da introdução em que se faz a apresentação e descrição geral da pesquisa, a formulação do problema, os objectivos e perguntas da pesquisa, e a justificativa; o segundo capítulo onde se apresenta o enquadramento teórico que foi feito através de uma leitura interpretativa de obras que abordam o assunto em análise; o terceiro capítulo, a metodologia, onde descrevemos os passos para a elaboração do trabalho e o quarto capítulo onde é feita a apresentação e análise dos dados e o quinto capítulo sobre as conclusões.

1.1 Problematização

A escola é considerada por Basílio (2014) como sendo património da comunidade local, onde a sociedade transmite às novas gerações as experiências e conhecimentos acumulados do património sociocultural e científico da humanidade.

Nesse contexto, MEC (2009) citado em Basílio (2014), refere que o professor ao encontrar dificuldades para atingir os objectivos de ensino, responsabilizava aos pais e encarregados de educação, pela falta de preparação dos seus filhos. Por conseguinte, a comunidade passou a assumir que o professor não podia transmitir os conhecimentos e educar de forma insolada, uma vez que os pais eram as pessoas que melhor conheciam os seus filhos. Daí a necessidade de chamar toda a comunidade para participar da vida diária da escola. O CE serve de meio para aprimorar as relações entre a escola e a comunidade, e este facto legitima a descentralização da Educação.

O Regulamento Geral do Ensino Básico (MEC, 2008) refere que:

“O Conselho da Escola é considerado órgão máximo da escola e destina-se a ajustar as directrizes e metas estabelecidas, a nível central e local, à realidade da escola assim como garantir a gestão democrática, solidária e co-responsável. Ainda, compete ao Conselho de Escola aprovar os planos de desenvolvimento anual da escola e garantir a sua implementação assim como pronunciar-se sobre o aproveitamento pedagógico da escola entre outras”.

Bobbio (1989) citado em Paro (2011) refere que, a importância da integração da comunidade na escola decorre, em primeiro lugar, da necessidade de controlo democrático do Estado pela população usuária. Neste caso, trata-se de reconhecer que, numa democracia, não basta a participação popular nas eleições dos membros executivos e do legislativo, é preciso que os cidadãos se façam presentes no local, mesmo que os serviços a que têm direito sejam oferecidos pela acção do Estado. Em segundo lugar, depende da própria natureza da educação fundamental, que supõe pelo menos um grau mínimo, a continuidade entre educação familiar e escolar. Trata-se, por um lado, de reconhecer e levar em conta, que a educação, em seu próprio sítio de formação de personalidade, se inicia muito antes da criança entrar para a escola. Por outro lado, trata-se da necessária intercomunicação entre educadores escolares e os pais ou responsáveis do

aluno para promover um mínimo de compatibilidade entre a forma de educar de ambos, de modo a incrementar a eficiência do ensino.

O CE é um órgão responsável pela elaboração e garantia da execução de programas relacionados aos mecanismos colectivos de participação, relativos à escolha democrática dos dirigentes escolares, as que dizem respeito a iniciativas que estimulam e facilitam, por outras vias, o maior envolvimento de alunos, professores, pais e da comunidade nas actividades escolares (MINED, 2012). Assim, como órgão responsável pela inclusão da comunidade no ambiente escolar, o CE tem como tarefa criar condições ou desenvolver actividades que garantem a ligação escola-comunidade.

Contudo, segundo Basílio (2014), nas escolas moçambicanas, verifica-se que a participação da comunidade na escola concentra-se mais em atender às solicitações para contribuições e/ou para chamada de atenção pelo comportamento ou desempenho dos filhos, e não para fazer parte no processo de planificação e/ou tomada de decisão na escola. Assim, tomando como caso a Escola Primária Completa Machava Bedene, este trabalho procura responder à seguinte questão: *Que papel desempenha o Conselho de Escola na ligação escola-comunidade na Escola Primária Completa Machava Bedene (EPCMB)?*

1.2 Objectivos e questões de pesquisa

1.2.1 Objectivo geral

- Compreender o papel do Conselho de Escola na ligação escola-comunidade na Escola Primária Completa Machava Bedene (EPCMB).

1.2.2 Objectivos específicos

- Descrever a composição e funcionamento do Conselho de Escola na EPCMB ;
- Examinar as percepções dos membros do CE da EPCMB sobre o papel e actividades realizadas pelo CE;
- Identificar os mecanismos do Conselho de Escola da EPCMB para assegurar a participação da comunidade na vida da Escola.

1.2.3 Questões de pesquisa

- Qual é a composição e funcionamento do Conselho de Escola na EPCMB?

- Quais as percepções dos membros do CE da EPCMB sobre o papel e actividades realizadas pelo CE?
- Que mecanismos o Conselho de Escola da EPCMB utiliza para assegurar a participação da comunidade na escola?

1.3 Justificativa

O grande desafio em Moçambique é estender o acesso à educação de qualidade das crianças em idade escolar. Para a materialização deste desafio é necessário o envolvimento de todos na vida da escola, i.e., pais e encarregados de educação, alunos e professores.

A justificativa pessoal do estudo surge na medida em que ao longo da formação em Organização e Gestão em Educação, abordou-se, por várias vezes, o papel do CE na ligação escola-comunidade, o que despertou atenção e interesse em aprofundar ainda mais este assunto, em particular na realidade moçambicana.

No que concerne à justificativa científica pretende-se com o estudo, por um lado, ampliar os conhecimentos na área de Gestão e Administração da Educação, bem como servir de referência para estudos futuros em instituições escolares que buscam alcançar a eficiência na gestão educacional.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo será feita uma contextualização sobre a participação da comunidade na vida escolar onde serão discutidos conceitos considerados chave para este trabalho tais como: escola, conselho da escola e suas competências, comunidade, comunidade escolar, participação, tipos e níveis de participação, importância da participação da comunidade na vida escolar bem como factores que influenciam o envolvimento activo do CE na vida escolar .

2.1 Escola

Vários autores se debruçam sobre o conceito de escola, neste trabalho é vista em duas vertentes.

Lima (1998), citado em Basílio (2014, p. 64), define a escola como sendo “um estabelecimento onde se dá qualquer género de instrução de que o homem precisa para o seu enquadramento na vida em sociedade”. Deste modo, este mesmo autor refere que a escola é “um instrumento de transmissão de valores básicos de suporte de uma sociedade a nível da estandardização de comportamento, bem como ao nível de diversificação. A escola deixou de ser apenas aquele espaço físico, mas todo o ambiente que liga aos pais até a escola”.

Por sua vez Bazo, Buendia e Nhavoto (2009), fundamentam a ideia de que "a escola é uma organização viva que se caracteriza por uma rede de relações de todos elementos que nela actuam ou intervêm". Os mesmos autores aludem a escola como uma entidade social complexa onde se inter-relacionam várias estruturas, múltiplos intervenientes e esta organização permite a manutenção ou evolução de uma determinada estrutura social, na base de valores aprovados pela sociedade, assim como dinâmicas sociais que ocorrem.

Examinadas as definições apresentadas, podem-se extrair algumas semelhanças: a escola é apresentada como um elemento que liga ou aproxima os seus intervenientes e está ao serviço da sociedade.

A escola é um meio que liga a comunidade à escola. Para perceber melhor esta ligação julga-se pertinente abordar sobre o conceito do CE, composição e suas funções.

2.2 Conselho da escola

Conselho é um termo que provém do latim *consilium* que deriva do verbo *consulo*, significando: ouvir alguém ou submeter algo a deliberação de alguém, após uma ponderação reflectida, prudente e de bom senso. Trata-se, pois, de um verbo cujos significados postulam a via de mão dupla: ouvir e ser ouvido, obviamente a recíproca audição se compõe com o ver e ser visto e, assim, quando um conselho participa dos destinos de uma sociedade ou partes, orienta-se pelo princípio de publicidade (Cury, 2004, citado em Luluva, 2016, pp.159-170).

No contexto escolar, Conselho de Escola é a instância máxima da escola para aprimorar as relações entre a escola e o seu meio, como uma das alusões claras da descentralização na educação. Ele é formado por segmentos, ou seja, representantes de pais ou responsável, estudantes, professores, funcionários e movimentos sociais comprometidos com a educação. O objectivo é auxiliar na gestão escolar a partir da discussão de temas que direccionam as acções do estabelecimento de ensino (MEC, 2008).

Em Moçambique, segundo o MEC (2008, p. 15), o Conselho da Escola é o órgão máximo do estabelecimento e tem como funções ajustar as directrizes e metas estabelecidas, a nível central e local, à realidade da escola e garantir a gestão democrática, solidária e co-responsável.

O CE reúne-se ordinariamente três vezes por ano, e extraordinariamente, quando for necessário e as reuniões são convocadas e presididas pelo próprio presidente (MEC, 2015, p. 23).

Através da Tabela 2-1, podemos perceber claramente como é feita a composição do CE em Moçambique.

Tabela 2-1: Composição do Conselho de Escola¹

Grupo	Tipo 1 > 1500 alunos)	Tipo 2 (500-1500 alunos)	Tipo 3 (< 500 alunos)
Director da Escola	1	1	1
Representantes dos professores	3	3	2

¹ Em instituições de ensino em que não há número suficiente de representantes de cada grupo para preencher o Conselho de Escola conforme o estipulado no Regulamento de funcionamento dos Conselhos de Escola, este funcionará com a composição que for possível, mantendo-se a representatividade de todos os grupos existentes.

Representantes dos alunos	4	4	3
Representantes do pessoal técnico administrativo	1	1	1
Representante dos pais/encarregados educação	8	8	6
Representantes da comunidade	4	4	3
Total	21	21	16

Fonte: MEC (2015)

2.2.1 Funções do Conselho de Escola e suas Competências em Moçambique

Para perceber melhor sobre as competências do CE, Basílio (2014, p. 52) agrupa em quatro funções básicas do Conselho da Escola: (i) *Deliberativa* - refere-se as competências que tem a ver com aprovar e garantir a implementação de plano anual da escola, regulamento interno, aprovar relatórios, orçamentos e, às tomadas de decisão relativas às directrizes e linhas gerais das acções pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direccionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar; (ii) *Consultiva* - refere-se as competências que tem a ver com a apreciar ou propor algo, ou seja, refere-se não só à emissão de pareceres para dirimir as dúvidas e tomar decisões como também às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência; (iii) *Fiscal* - refere-se ao acompanhamento e à fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas acções; (iv) *Mobilizadora* - esta função tem a ver com a competência de persuadir aos pais e encarregados de educação para apoiarem a escola, isto é, refere-se ao apoio e ao estímulo às comunidades escolar e local em busca da melhoria da qualidade do ensino, do acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes. É essencial a participação de todos os segmentos no Conselho Escolar. Essa participação é o que tornará democrática a gestão da escola pública.

2.3 Comunidade

O conceito de comunidade por muito tempo ficou restrito à ideia de um grupo de pessoas que reside numa mesma área geográfica, compartilhando um modo de vida e uma cultura – em geral vizinhos e familiares (Peruzzo, 2009 como citado em Luluva, 2016, p. 43).

O mesmo autor relaciona a comunidade a uma vontade comum, à compreensão, ao direito natural, à língua e à concórdia onde quer que os seres humanos estejam ligados de forma orgânica pela vontade e se afirmem reciprocamente, encontra-se alguma espécie de comunidade. A vida em comunidade baseia-se em relações sociais que "se materializam na unidade completa das

vontades humanas, de um estado natural que se caracteriza diversamente segundo a natureza das relações necessárias e determinadas entre os diferentes indivíduos que dependem uns dos outros".

Numa outra perspectiva, Davies (1998) como citado em Basílio (2014, p. 63) concebe a comunidade como um sistema ecológico que está formado pela escola, famílias, bairro circunvizinho, organizações comunitárias de base e as relações de vizinhança que possuem uma vocação de trabalhar em conjunto salvaguardando o interesse comum. Assim, através desta concepção, pode-se admitir que a comunidade sofre influências de vários factores, sobretudo os que determinam a sua estrutura e organização. A comunhão e partilha são resultantes da vivência no mesmo espaço geográfico e comunhão de interesses.

Para a nossa pesquisa, o conceito comunidade deve ser compreendida como um grupo de pessoas que habitam numa área geográfica, com uma interacção, cooperação constante para o alcance do bem comum. Como se pode ver, no caso de escola como organização, faz-se analogia com as diferentes pessoas interessadas na vida da escola que cooperam para alcançar o bem comum (Basílio, 2014).

2.1.1 Comunidade Escolar

Teixeira (2011) refere-se à comunidade escolar como segmentos que participam, de alguma maneira, do processo educativo desenvolvido em uma escola. Na maioria dos casos em que a expressão é mencionada, agrupa professores, funcionários, pais e alunos.

Citando o mesmo autor, pode ser observada alguma variação no que diz respeito aos segmentos que compõem a comunidade de uma instituição de ensino entre diferentes documentos de políticas e programas educacionais ou textos legais a eles relativos. Há casos em que associações de bairro, sindicatos, entidades comunitárias de uma forma geral são incorporados, desde que actuates no bairro em que a escola esteja situada. Essa poderia ser considerada uma visão mais ampliada do conceito.

Na mesma senda de pensamento, a comunidade escolar refere-se ao universo mais restrito de uma escola ou de um agrupamento de escolas de determinada região ou o conjunto de pessoas envolvidas directamente no processo educativo de uma escola e responsáveis pelo seu êxito. A comunidade local e a família, por exemplo, em uma concepção moderna de escola, fazem parte da comunidade escolar (ibidem).

2.2 Participação

Do latim *participatĭo*, a participação é a acção e o efeito de participar (tomar parte, intervir, compartilhar, denunciar, ser parte de). Este é um termo que só se define segundo o interesse. Pode ser expresso nas diferentes concepções que adquire no cotidiano da gestão. Se para alguns, participação significa apropriação do poder, para outros basta, para a sua efectivação, a consulta aos envolvidos (Luluva, 2016).

Paro (1996) citado em Basílio (2014) refere que a palavra participação pode remeter a ideia de partilha, colaboração, envolvendo as massas populares. Assim, a participação pode ser entendida como sendo uma acção em que a maioria dos cidadãos influenciam em decisões de ordem política, social e económica, ou pode ainda ser vista como sendo um elemento básico para a democratização uma vez que se procura gerar um conjunto de práticas sociais que produzam o efeito de ampliar a capacidade de influência sobre o processo de tomada de decisões em todos os níveis da actualidade social e das instituições.

O mesmo autor, indica que, no contexto social, a participação é um instrumento importante no sentido de promover a articulação entre os actores de diferentes níveis, fortalecendo a coesão e a relação Estado-Governo Civil. Este fortalecimento possibilita a melhoria da qualidade das decisões sobre a comunidade e a sociedade, tornando mais fácil alcançar objectivos de interesse comum.

2.2.1 Tipos de participação nas organizações educativas

Lima (1998) considera dois tipos de participação: consagrada e decretada. A *participação consagrada* é aquela que constitui um princípio político consagrado ao mais alto nível e, a *participação decretada*, a instituída e regulamentada formalmente através de documentos legais e formais como as leis e decretos-leis, produzidos fora das organizações e que permitem aos professores, pais, alunos intervir na gestão e organização da escola.

Portanto, através das ideias apresentadas no parágrafo anterior, que fazem referência aos tipos de participação, podemos inferir alguns aspectos comuns, já que, quer a participação consagrada quer a decretada podem ser elaboradas para intervir ou manter uma colaboração entre os intervenientes do PEA.

Por sua vez, Bordenave (1992) propõe a seguinte tipologia:

- i. *Participação de facto*: refere-se às primeiras actividades de participação do homem, realizadas no seio do grupo familiar ou do clã; estão associadas as suas necessidades de subsistência;
- ii. *Participação espontânea*: diz respeito às formas de participação em grupos sociais – de amigos, de vizinhança; geralmente esses grupos são fluídos, sem organização estável e objectivos claramente definidos. A participação, nesse caso, vincula-se à necessidade de satisfações psicológicas, expressivas.
- iii. *Participação imposta*: o indivíduo é obrigado a fazer parte do grupo e a fazer actividades consideradas indispensáveis. Exemplo: eleição obrigatória.
- iv. *Participação voluntária*: o grupo é criado pelos próprios participantes, que definem a organização, os objectivos e as formas de actuação do grupo. Exemplo: associações profissionais, ONGs. Nesta categoria, pode-se incluir uma subcategoria, a “participação provocada”: situação em que a formação do grupo é induzida por agentes externos, com a finalidade de realizarem objectivos que não aqueles do próprio grupo.
- v. *Participação concedida*: relaciona-se com participação do indivíduo em instâncias que não foram criadas por ele. Mas sua presença, em termos de poder ou de influência, é considerada legítima tanto pelos subordinados como pelos superiores. Embora essa não seja ainda uma participação democrática, pode ser potencialmente transformadora.

2.2.2 Níveis de participação nas organizações educativas

Sendo a participação um processo de interação social, Fonseca (1998) como citado em Basílio (2014) afirma que a participação pode ser vista em função de 3 níveis diferentes, referentes à capacidade de decisão garantida aos participantes:

- i. *Pseudo-participação*, onde as decisões são tomadas pelo Director e os restantes membros só as implementam;
- ii. *Participação parcial*, neste nível, os dirigentes têm o poder de decisão, contudo, os membros podem influenciar;
- iii. *Participação total*, em que todos os membros do CE têm o mesmo poder de decisão e de influenciar as decisões a tomar. Esta compara-se ao exercício da democracia

participativa, onde todos detêm direito de decidir sobre os possíveis problemas que a escola pode estar a enfrentar.

Por sua vez, Gandin (2000), contribui neste debate e ressalta os diferentes níveis em que a participação pode ser exercida:

- i. *Participação como colaboração*: é o nível mais frequente. As pessoas são chamadas a contribuir, porém a decisão já foi tomada por uma “autoridade”. Nesse caso, apela-se ao trabalho, apoio, ou mesmo silêncio, para que os resultados previstos sejam cumpridos. Nesse nível de participação, não há discussão sobre objectivos e/ou resultados; muitas vezes, solicitam-se sugestões, porém estas são acatadas ou não dependendo do pensamento do “chefe”. Leva a descrença sobre o processo, em especial pelo reconhecimento, dos participantes, de que sua presença é apenas secundária.
- ii. *Participação como decisão*: nesse nível, a participação vai além da colaboração, manifestando uma aparência mais democrática. Todavia, em geral são decididos aspectos menores, pouco relacionados com uma proposta mais ampla; as decisões são geralmente entre termos já pré-estabelecidos, sem influenciar os aspectos mais importantes.
- iii. *Participação como construção*: na prática é pouco frequente e se refere a uma construção conjunta das pessoas. Há partilha de poder, assentando-se na ideia de igualdade entre as pessoas. Cada um, com seu saber próprio, com suas expectativas, suas crenças, seus ideais, convergem para a construção de uma proposta comum.

Através destes níveis, Diogo (1998, p.67), percebe que a participação é a capacidade de colaboração activa dos actores para o desenvolvimento dos processos sociais e organizacionais. Esta tem como finalidade melhorar o relacionamento entre os seus actores, neste caso, seria a família-escola-comunidade.

Apesar das várias perspectivas apresentadas sobre os níveis de participação, a participação total é a ideal, mas como é sabido, nada é absoluto, há uma necessidade de manter o equilíbrio dos níveis, pois, segundo a natureza do problema, pode escolher-se o nível ideal para abordar os assuntos nas reuniões do CE.

2.2.3 Importância da participação da comunidade na vida escolar

A presença da comunidade na vida da escola, especialmente dos pais tem várias implicações. Segundo Ferreira *et al* (2003), CE é um órgão que garante a participação destes na escola. Na perspectiva de Libâneo (2007), prioritariamente, os pais e outros representantes participam do Conselho de escola para preparar os projectos pedagógicos curriculares, acompanhar e avaliar os serviços prestados. Adicionalmente, usufruem das práticas participativas para participarem de outras instâncias decisórias no âmbito da sociedade civil deste modo, contribuindo para o aumento da capacidade de fiscalização da sociedade civil sobre a execução da política educacional e, melhora as necessidades educacionais da população.

Em Moçambique, o Conselho de Escola é o órgão máximo de consulta, monitoria e de fiscalização do estabelecimento de ensino e é constituído por pessoas de diferentes segmentos, nomeadamente: Director da escola, representantes dos professores, alunos, pais e comunidade local. Segundo MEC (2015), a participação dos diferentes segmentos no Conselho de Escola prende-se com a necessidade de assegurar: (i) uma boa gestão escolar; (ii) um bom aproveitamento escolar; (iii) um bom desempenho dos professores e (iv) uma gestão transparente dos recursos.

Portanto, a comunidade é um dos intervenientes do PEA, a sua participação permite a promoção de actividades que tendem a melhorar o desempenho da escola e dos seus intervenientes. A participação da comunidade é, algumas vezes, a garantia do sucesso escolar dos alunos.

2.2.4 Factores que influenciam o envolvimento activo do CE na vida escolar

Vários são os factores que influenciam a participação do CE na vida escolar. Antunes (2000) destaca os seguintes:

- a. *A comunicação*² constitui uma das características basilares na definição de um real envolvimento dos Conselhos de escola, dos pais e da comunidade na vida da escola. Na perspectiva do mesmo autor a escola deveria convidar abertamente os pais e a comunidade a criarem uma política escolar dinâmica e a estabelecer mecanismos de comunicação entre ambos.

² A comunicação é um processo em que se verifica a troca de informações com vista a resolver um problema (Prado, 1999).

- b. *A participação*, o envolvimento na gestão quotidiana da escola, como ajudante dos professores ou conferencistas convidados, constitui a segunda influência a participação activa dos Conselhos de escola na vida escolar, este pode significar um aumento na base dos recursos da escola.
- c. *O nível de escolaridade dos seus membros* - este factor é visto como um condicionador à participação dos CEs na vida escolar e no processo de tomada de decisão.

Sobre o nível de escolaridade dos membros do Conselho de escola, Bazo *et al* (2009), afirmam que: “a fraca escolaridade dos seus membros é um factor que pode expressar essa limitação, principalmente nas actividades relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem”. No entanto, têm sido desenvolvidas acções de capacitação dos CEs com vista a alargar e a aprofundar o seu nível de participação.

O grau de desenvolvimento dos CEs, depende em parte da forma e estilo de gestão da direcção da escola e, principalmente, da sua convicção da importância da participação da comunidade para se atingir os objectivos formativos da escola.

3 METODOLOGIA

O presente capítulo apresenta os aspectos metodológicos que guiaram a pesquisa, i.e., o enquadramento metodológico, descrição da população e da amostra, as técnicas e os instrumentos de recolha de dados, bem como a forma utilizada para o processamento e análise dos dados. Os aspectos éticos e as limitações deste estudo são também apresentados neste capítulo.

3.1 Abordagem Metodológica

Do ponto de vista da sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada com uma combinação de métodos quantitativo e qualitativo. O método qualitativo, serviu para a recolha e organização dos dados, assim como a interpretação dos resultados por meio da entrevista, enquanto o método quantitativo ajudou na análise e interpretação dos resultados obtidos através do questionário, para destacar as opiniões dos inquiridos sobre "O Papel do Conselho da Escola na Ligação Escola-Comunidade". Tendo em conta os objectivos da pesquisa, optou-se por uma pesquisa descritiva que, segundo Gil (2008), visa descrever as características de uma determinada população ou fenómeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma outra fonte de referência para a escolha desta metodologia foi a obra de Lakatos e Marconi (2002), que refere o estudo de caso como aquele que procura analisar e examinar de forma detalhada uma determinada situação. Assim, adoptou-se este procedimento técnico centrando-se na Escola Primária Completa Machava Bedene.

3.2 População e amostra

A população é composta pelos membros do Conselho da Escola no total de 19 e 2 membros da Direcção da Escola. Dada a dimensão reduzida da população e com vista a permitir captar uma opinião diversificada sobre o tema em estudo, a amostra envolveu todos os membros do Conselho.

3.2.1 Caracterização da amostra

A amostra é representada tal como ilustra a Figura 3-1 maioritariamente por membros da comunidade (38%, N=8), 4 representantes de professores (19%), 3 representantes dos encarregados de educação (14%), 3 representantes de alunos (14%), 2 membros da Direcção (10%) e 1 representante dos funcionários (5%).

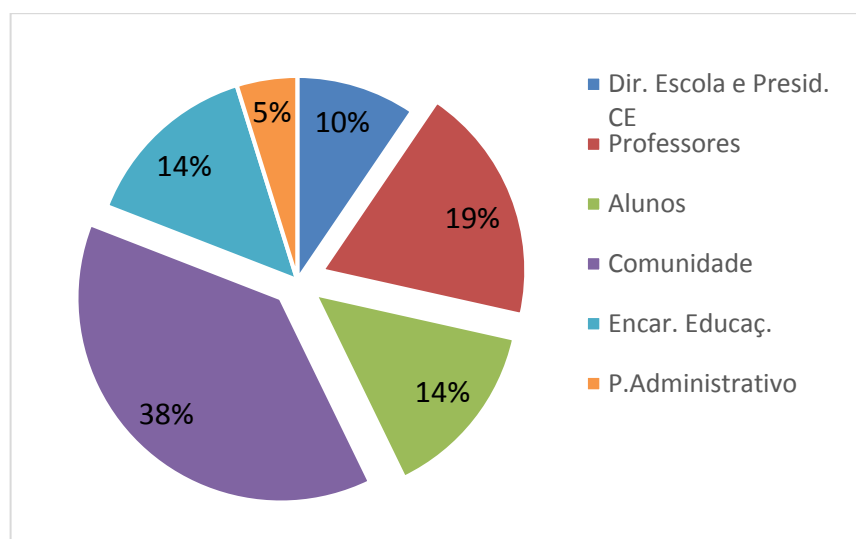


Figura 3-1: Membros do CE da EPCMB

Tal como ilustra a Tabela 3-1, os 21 membros do Conselho da Escola incluídos na amostra apresentam, de acordo com as variáveis sexo, idade, habilitações literárias e tempo em que é membro do CE, as seguintes características: segundo o sexo, a maioria, 71,4% (N=15), são do sexo feminino. No que diz respeito à idade, a amplitude varia de 10 anos a mais de 46 já que o CE é composto por uma diversidade de elementos, desde alunos a pais e encarregados de educação. A escala de idade que apresenta a maior percentagem (38,1%), N=8 é a de 26-35 anos. O mesmo para as habilitações literárias, onde 42,9% (N=9) possui o nível médio, 23,8% (N=5) dos membros do CE está habilitado com o grau de licenciatura, 19% (N=4) tem o nível secundário e 14,3% (N=3) possui o nível primário. Em relação ao tempo em que os participantes são membros do CE, a maioria dos membros estão no CE entre um a dois anos, 52,4% (N=11).

Tabela 3-1: Caracterização da Amostra

Características	Alternativas	Frequência	Porcentagem
Sexo	Feminino	15	71,4%
	Masculino	6	28,6%
Idade	10-17 anos	3	14,3%
	18-25 anos	0	0
	26-35 anos	8	38,1%
	36-45 anos	6	28,6%
	Mais de 46 anos	4	19%
Nível de escolaridade	Primário	3	14,3%
	Secundário	4	19%
	Curso Médio	9	42,9%
	Bacharelato	0	0%
	Licenciatura	5	23,8%
	Mestrado	0	0%
Tempo em que é membro do CE na EPCMB	Menos de 1 ano	2	9,5%
	1-2 anos	11	52,4%
	3-5 anos	3	14,3%
	Mais de 5 anos	5	23,8%
Total		21	100%

3.3 Instrumentos de recolha de dados

A colecta de dados foi feita através dos seguintes instrumentos: o inquérito por questionário, a entrevista semi-estruturada, e a análise documental.

3.3.1 Questionário

O questionário é um instrumento que permite trabalhar com um número elevado de participantes num curto espaço de tempo e a informação recolhida é de fácil tratamento (Gil, 1996). Assim, optou-se por esta técnica a ser aplicada aos membros do Conselho da Escola, com o objectivo de captar num curto espaço de tempo as percepções dos membros sobre o CE da EPMB bem como o papel e actividades realizadas pelo CE.

Este instrumento (Apendice A) com predominância de perguntas fechadas e usando a escala de Likert, compreendia uma introdução, com indicação dos objectivos da pesquisa bem como a garantia da confidencialidade e anonimato e 4 secções divididas em: (A) percepções dos membros sobre CE da EPMB; (B) papel das actividades realizadas pelo CE; (C) dados pessoais e profissionais; (D) outros comentários: neste espaço, os inquiridos poderiam colocar seus comentários acerca de aspectos que não tivessem sido abordados nas questões anteriores.

3.3.2 Entrevista

Escolhemos a entrevista porque, segundo Gil (1996), esta técnica oferece a possibilidade do entrevistador esclarecer o significado das perguntas, facilitando a compreensão de respostas e dando liberdade ao entrevistado de falar o que considera relevante sobre o assunto. Neste estudo, esta técnica foi direccionada apenas aos que respondessem aos seguintes requisitos: ser o membro do CE há pelo menos um ano, excepto para o director da escola que é membro por inerência do cargo; ter participado em pelo menos duas actividades do CE; ter disponibilidade e consentir em dar a entrevista.

Neste estudo, usou-se a entrevista semiestruturada que, com recurso a um roteiro de questões (Apêndice B), permitiu ao entrevistado falar livremente sobre assuntos que foram surgindo como desdobramentos do tema principal. Gil (1996), explica que “na entrevista semiestruturada o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”.

3.3.3 Análise documental

Ainda de acordo com Gil (1996), a análise documental consiste na consulta de material existente, podendo ser em forma de livros, artigos científicos e outros que possibilitam a colheita da informação considerada relevante sobre um determinado assunto. Neste estudo, recorreu-se a esta técnica para a consulta das actas das reuniões dos conselhos, com vista a colher o histórico da escola em relação a actividades realizadas pelo CE durante os anos anteriores (2015 e 2016) e comparar com a actualidade.

Nas actas das reuniões do conselho fez-se a confrontação da composição do conselho da escola, a participação dos membros do conselho da escola nas reuniões e assuntos discutidos nas reuniões do CE.

3.4 Análise e tratamento dos resultados

O tratamento dos dados obtidos através do questionário foi feito usando o pacote informático Excel 2013 que permitiu a elaboração de tabelas e gráficos. Fez-se a parametrização para facilitar e ajudar na análise dos resultados obtidos. Usou-se o método qualitativo para a descrição e interpretação das opiniões dos nossos interlocutores, colectados através da entrevista, e do material colhido na análise documental.

3.5 Aspectos éticos

Para a realização deste trabalho, solicitou-se uma credencial à Direcção da Faculdade de Educação (Anexo A) para formalizar a realização do estudo na EPCMB. Durante todo o processo de recolha de dados garantiu-se o anonimato aos inquiridos bem como aos entrevistados. O preenchimento dos questionários foi voluntário.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo faz a apresentação e discussão dos resultados obtidos ao longo do trabalho feito na Escola Primária Completa de Machava Bedene. O capítulo está organizado de acordo com as perguntas de pesquisa, nomeadamente Pergunta 1: Qual é a composição e funcionamento do Conselho de Escola na EPCMB? Pergunta 2: Quais as percepções dos membros do CE sobre o papel e actividades realizadas pelo CE? Pergunta 3: Que mecanismos o Conselho de Escola da EPCMB utiliza para assegurar a participação da comunidade na escola? Para cada uma das questões, a apresentação e discussão dos resultados foi feita segundo uma abordagem quantitativa ou qualitativa, dependendo do caso ou da questão que se pretendia discutir.

Para melhor interpretação dos resultados, faz-se em primeiro lugar uma breve descrição da escola em estudo.

4.1 Descrição da Escola Primária Completa Machava Bedene

A Escola Primária Completa Machava-Bedene situa-se no Município da Matola, no bairro da Machava, concretamente na Machava-Bedene. Com um total de 2557 alunos, possui um bloco administrativo, 14 salas de aulas, 2 casas de banho (um para professores e outra para os alunos). O bloco administrativo, funciona com uma secretaria, uma sala dos professores, dois gabinetes, um reservado para o Director de escola e outra para o Director Pedagógico. Além destes compartimentos, a escola tem uma cantina, e um campo para o cultivo de hortícolas. Os produtos da horta beneficiam principalmente os alunos órfãos e eventos escolares, como por exemplo o 1 de Junho (dia da criança) e o 12 de Outubro (dia do professor).

4.2 Composição e funcionamento do Conselho de Escola na EPCMB

Em Moçambique, o CE é concebido como sendo o órgão máximo da instituição de ensino e tem como fim ajustar as directrizes e metas estabelecidas a nível central e local à realidade da escola e garantir a gestão democrática, solidária, co-responsável e transparente (MEC, 2008, p.15). O papel do CE na gestão escolar é deveras importante pois quanto mais é preservada, a transparência e a gestão democrática ganham o seu devido espaço.

A escola em estudo possui mais de 1500 alunos, tornando-se tal como indica o Manual de Apoio ao CE Primária MEC (2015), uma escola do tipo 1. Assim sendo, escolas deste tipo devem ter um

CE com 21 membros compostos por: Director(a) da escola, (3) representantes dos professores, (4) representantes dos alunos, (1) representante do pessoal administrativo, (8) representantes dos pais encarregados de educação e (4) representantes da comunidade". Porém, em escolas onde não há número suficiente de representantes de cada grupo para preencher o Conselho de Escola conforme o estipulado no Regulamento de funcionamento dos Conselhos de Escola, este funcionará com a composição que for possível, mantendo-se a representatividade de todos os grupos existentes (MEC, 2015).

O primeiro objectivo específico deste estudo era descrever a composição e funcionamento do CE da EPCMB. Assim, começou-se por entrevistar a Directora, para explicar em primeiro lugar a composição do CE face ao estipulado no Manual de apoio ao CE. Através da sua resposta, foi possível constatar que o Conselho desta escola é composto por um total de 21 membros: a Directora da escola, (4) representantes dos professores, (3) representantes dos alunos, (1) representante do pessoal administrativo, (4) representantes dos pais encarregados de educação e (8) representantes da comunidade.

Tabela 4-1: Comparação da Composição do Conselho de Escola

Categoria	Número estipulado no Manual	Número existente na EPCMB
Director da Escola	1	1
Representantes de professores	3	4
Representantes de alunos	4	3
Representantes do pessoal administrativo	1	1
Representantes de pais e encarregados de educação	8	4
Representantes da comunidade	4	8
Total	21	21

Nesta composição do CE da EPCMB tal como ilustra a Tabela 4-1 verifica-se uma disparidade na distribuição dos membros face ao que está definido pelo Ministério da Educação no Manual de Apoio ao CE Primária, observando-se em alguns segmentos elementos a mais e noutros a menos.

Ainda na entrevista, a Directora justifica esta composição da seguinte maneira:

“Em relação aos professores, houve necessidade de acrescentar um membro que é o Director Adjunto Pedagógico pois não podia ficar de fora pelo domínio que possui da área pedagógica. Os restantes membros, a sua disparidade é resultado das desistências que se tem verificado na escola ao longo do ano lectivo”.

Com vista a perceber como é feita a selecção dos membros do CE, evidências foram obtidas a partir da pergunta A1 do questionário onde se procurava saber como haviam sido seleccionado para fazer parte do CE. Respostas mostram que, em 42.1% dos casos, a direcção da escola é que indica, em 37.8% é através de eleições do segmento a que pertencem e em 21.1% por indicação do respectivo segmento. Através destas respostas, podemos verificar a participação imposta, em que segundo Bordenave (1992), o indivíduo é obrigado a fazer parte do grupo e a fazer actividades consideradas indispensáveis.

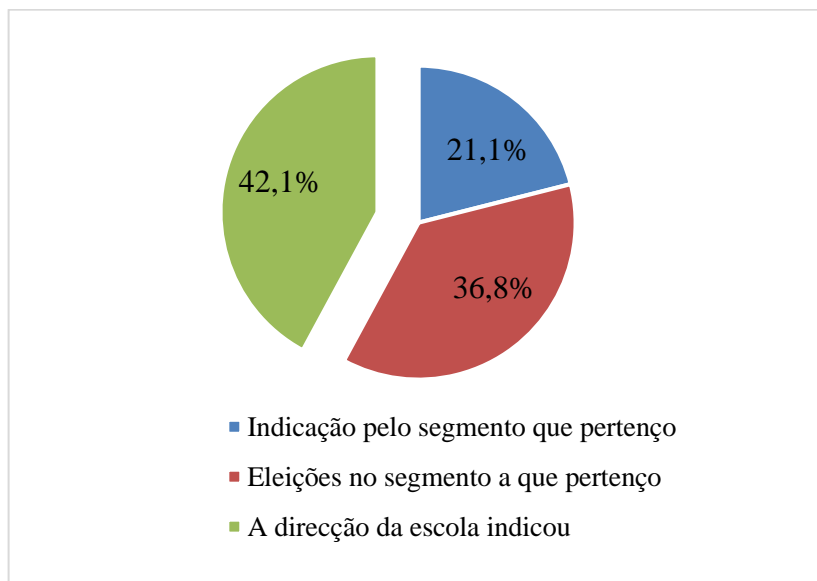


Figura 4-1: Forma de selecção dos membros para fazer parte do CE

A mesma questão foi colocada à Directora da escola que na entrevista disse:

"A eleição de membros é feita segundo o segmento em que cada membro pertence, estes são os que elegem um ou mais membros para os representar nos encontros do CE. (...), os membros do conselho de escola chegam a este órgão através de um processo de eleição

que se realiza em reunião de cada segmento convocada para este fim (...), excepto o director da escola."

Como podemos constatar, apesar de alguns respondentes confirmarem o que foi dito pela Directora da Escola e indicarem que foi através de eleições dos seus segmentos, a maioria dos membros do CE, referiu estar lá por indicação da direcção da escola. Este tipo de eleição não está de acordo com a que está evidenciada no Manual de Apoio aos CE Primária (MEC, 2015), "a eleição dos elementos de cada grupo deve decorrer em momentos diferentes, através de uma forma secreta ou aberta e, a escolha da modalidade deve ser acordada pelos elementos de cada um dos grupos, antes de proceder à votação dos seus representantes".

"O CE é a instância máxima da escola para aprimorar as relações entre a escola e o seu meio. O objectivo é auxiliar na gestão escolar a partir da discussão de temas que direccionam as acções do estabelecimento de ensino" (MEC, 2015). Para perceber a opinião dos membros sobre os motivos que os levam a participar no CE foi feita a pergunta A2 no questionário. Embora alguns membros tenham referido que é para cumprir as orientações da escola (Tabela 4-2), a maioria dos respondentes (78.9%) indicou que participa para melhorar a gestão da escola.

Tabela 4-2: Opinião dos membros sobre a participação no CE

Descrição	Frequência	percentagem (%)
Aprendizagem	0	0%
Melhorar a gestão escolar	15	78.9%
Cumprir orientações da escola	4	21.1%
Total	19	100%

A mesma pergunta foi colocada ao presidente do CE que reagiu da seguinte forma:

"Participa-se no CE porque se pretende melhorar a gestão escolar, esta consiste em criar condições para assegurar a participação da comunidade na vida escolar e dar o devido suporte através da implementação de programas que melhoram a conduta dos alunos na escola e fora da escola".

Para além da composição do CE e da selecção dos seus membros, era importante perceber o funcionamento do Conselho desta Escola. Evidências foram captadas a partir da pergunta A3 do questionário onde se pedia aos respondentes para caracterizarem o funcionamento do CE. Todos caracterizaram como ilustra a Figura 4-2 de forma positiva, com 74% a indicarem como sendo “bom” e “muito bom”.

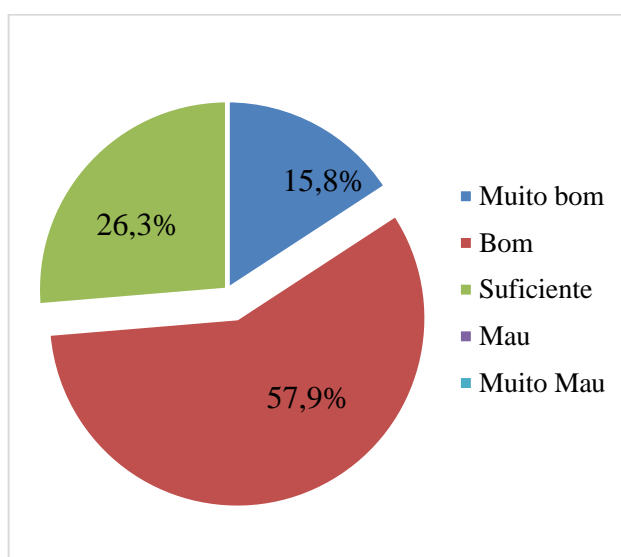


Figura 4-2: Caracterização do funcionamento do CE da EPCMB

Através da entrevista com a Directora da Escola e à Presidente do CE, o funcionamento do CE da EPCMB foi igualmente caracterizado como “bom”, pois, tem realizado as suas actividades nos dias marcados e já se verificam efeitos positivos na escola, tendo referido como exemplo, a extensão e reforma do campo de futebol, contratação de agentes de limpeza e a remuneração do guarda.

Ainda no âmbito do funcionamento do CE, foi feita a pergunta A5 no questionário que pretendia saber como é que tomavam conhecimento sobre as reuniões do CE. Três opções de resposta foram apresentadas no questionário, e os respondentes deveriam assinalar a forma usada para serem informadas sobre as reuniões do CE. Os resultados ilustrados na Figura 4-3 indicam que 84,2% dos respondentes referiu a convocatória como sendo o mecanismo mais usado para informar os membros do CE sobre as reuniões. Contudo, 5,3% indicou que recorrem-se ao plano anual e 11% indicaram outras formas tais como chamadas telefónicas, mensagens pelo telefone e a informação dada oralmente. Este resultado está de acordo com o MEC (2015), que prevê a

convocatória como um dos principais meios de comunicação dos membros para as reuniões do CE.

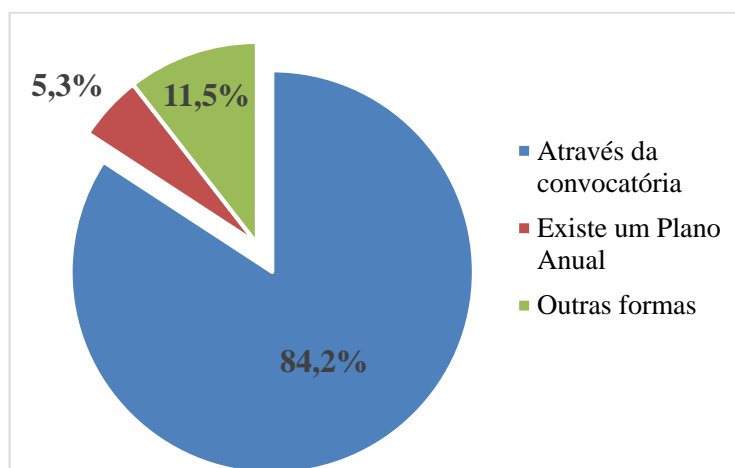


Figura 4-3: Instrumentos usados para anunciar as reuniões do CE

A Directora e a presidente do CE apresentam uma opinião semelhante quando se trata de informar aos membros para participarem nas reuniões:

" (...) os membros são informados sobre as reuniões através de todos os dispositivos disponíveis para manter a nossa comunicação e garantir a sua participação, os professores, alunos, funcionários, os membros da comunidade e os encarregados da educação são informados por convocatória, mensagens e chamadas telefónicas."

Ainda no que refere ao funcionamento foi feita a pergunta A6. *Com que frequência se realizam as reuniões do Conselho desta Escola?* A reacção dos membros do CE sobre a frequência da realização das reuniões é ilustrada na Figura 4-4 onde 42.1% dos membros afirmaram que as reuniões são realizadas trimestralmente, 36.8% dos membros disseram que se reuniam mensalmente para a discussão dos problemas escolares e 5.3% afirmaram que as reuniões são realizadas semestralmente. Porém, 15.8% dos membros indicaram a opção “outras” afirmaram que as reuniões eram feitas de forma extraordinária.

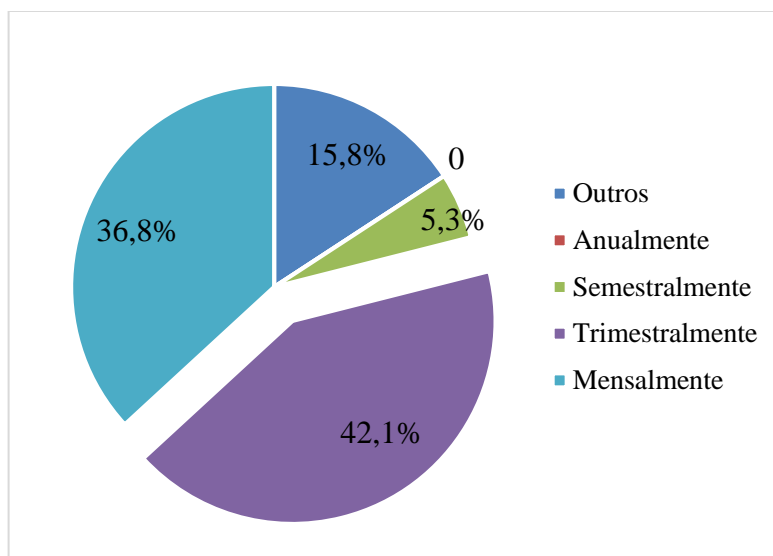


Figura 4-4: Frequência de realização das reuniões do CE

A mesma pergunta foi colocada à Directora da escola que disse o seguinte:

"sempre que for necessário, ou seja, as reuniões do CE são realizadas três vezes por ano, contudo, existem assuntos urgentes que necessitam de um encontro, os membros reúnem-se de forma extraordinária". A presidente, por sua vez, só se limitou em declarar que: "o conselho da escola reúne-se segundo o plano anual das actividades do CE".

Esta prática indicada pela Directora da escola vai de encontro com o estabelecido no Manual de Apoio ao CE que refere: "O CE reúne-se ordinariamente três vezes por ano, e extraordinariamente, quando for necessário e as reuniões são convocadas e presididas pelo próprio presidente" (MEC, 2015, p. 23).

Um outro aspecto considerado relevante foi a participação dos membros nas reuniões do conselho. A pergunta A7 do questionário pretendia explorar este aspecto e respostas mostram tal como ilustrado na Figura 4-5 que 84.2% dos membros indicaram que participam *sempre* nas reuniões dos CE e os restantes 15.8% indicaram participar *às vezes*. E, questionada sobre essa participação esporádica de alguns membros, a Directora disse que se devia à natureza de ocupação de cada membro.

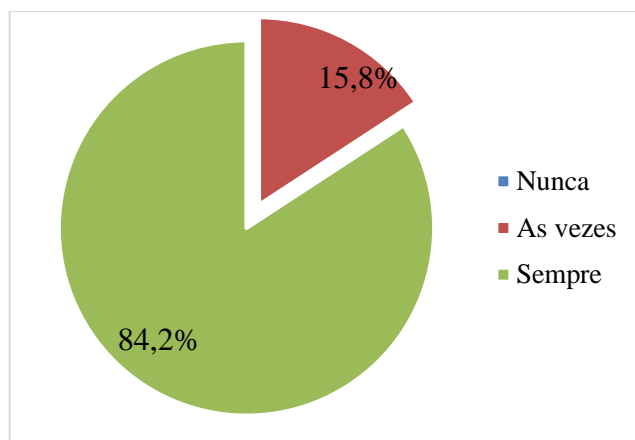


Figura 4-5: Frequência de participação nas reuniões do CE

Estes resultados mostram que, a participação dos membros nas reuniões tem sido levada a sério pela maioria dos membros.

De acordo com Paro (1996) citado em Basílio (2014), participação é um elemento básico para a democratização uma vez que se procura gerar um conjunto de práticas sociais que produzam o efeito de ampliar a capacidade de influência sobre o processo de tomada de decisões em todos os níveis da actualidade social e das instituições. Evidências sobre a tomada de decisões foram obtidas através da pergunta A8 do questionário onde se procurava saber como se tomam as decisões no conselho desta escola. Respostas indicam, tal como ilustra a Figura 4-6, que apesar da maioria (63.2%), considerar que as decisões são tomadas por consenso dos membros do CE, 31.6% indicou a votação como a forma optada pelo CE para a tomada de decisões. Esta última forma de tomar decisões foi também indicada pela Directora da escola e pela presidente do CE em entrevista.

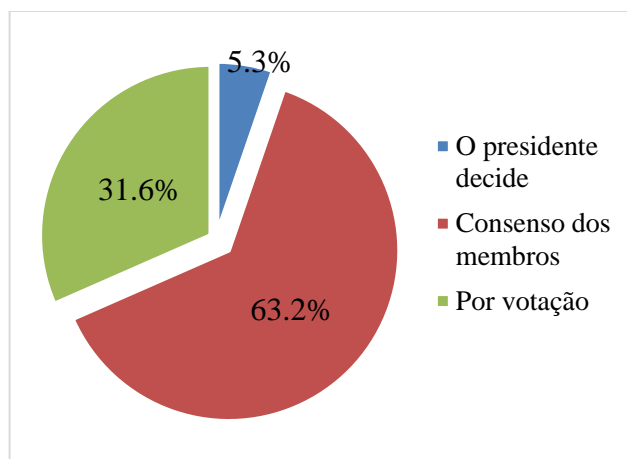


Figura 4-6: Forma de Tomada de decisões no CE

Estes resultados mostram que a função do CE permite que a direcção da escola passe a ser participativa, em que vários segmentos que o constituem se juntam para de forma democrática apresentam estratégias para a formação do aluno. Assim, o CE torna-se um protagonista activo de todas as actividades desenvolvidas na escola, e entre a escola e a comunidade, como supervisor e avaliador.

A tomada de decisão por votação, é semelhante a apresentada por Fonseca (1998) citado em Basílio (2013), que referindo-se à participação total afirma que todos os membros do CE têm o mesmo poder de decisão e de influenciar as decisões a tomar. Esta forma de decidir tem alguns traços do exercício da democracia participativa, onde todos têm o direito de decidir sobre os possíveis problemas que a escola pode estar a enfrentar.

4.3 Percepções dos membros do CE sobre o papel e actividades realizadas pelo CE

Segundo MEC (2008, pg.17), compete ao CE aprovar o Plano de Desenvolvimento da Escola e garantir a sua implementação; aprovar o Regulamento Interno da Escola e garantir a sua aplicação; aprovar e garantir a execução de projectos de atendimento psicopedagógico e material aos alunos, quando seja iniciativa da escola e aprovar os relatórios anuais da escola.

Na pergunta B1 do questionário aos membros do CE foi providenciada uma lista de assuntos que normalmente são tratados nos CE e os respondentes deveriam indicar a frequência com que cada um deles é tratado. As respostas revelam, tal como ilustra a Tabela 4-3, que em geral todos os assuntos são tratados. Porém, destaque vai para a mobilização dos pais e encarregados de

educação para apoiar a escola que apresenta uma percentagem de 84.2% de respostas que indicam “quase sempre” ou “sempre”. Em contrapartida, o plano de actividades constitui o assunto menos tratado (47.4%).

Tabela 4-3: Assuntos tratados com frequência nas reuniões do CE

Assuntos	Nunca	Raramente	Às vezes	Quase sempre	Sempre
1. Aprovação de relatórios	0%	21.1%	26.3%	26.3%	26.3%
2. Planos de actividades	0%	5.3%	47.4%	15.8%	31.6%
3. Cumprimento do Regulamento Interno	0%	0%	36.8%	21.1%	42.1%
4. Apreciação de pareceres sobre questões pedagógicas	0%	0%	26.3%	31.6%	42.1%
5. Apreciação de pareceres sobre questões administrativas	0%	0%	21.1%	47.4%	31.6%
6. Apreciação de pareceres sobre questões financeiras	5.3%	10.5%	26.3%	36.8%	21.1%
7. Mobilização dos pais e encarregados de educação para apoiar a escola	5.3%	5.3%	5.2%	15.8%	68.4%

Segundo a Directora da Escola, o CE garante o apoio administrativo ao tratar nas suas reuniões de assuntos que melhoram o funcionamento da escola, pode-se deduzir que os resultados do questionário apontam para uma função mobilizadora, que consiste em, tal como Basílio (2014) afirma, "persuadir aos pais e encarregados de educação para apoiarem a escola", isto é, refere-se ao apoio e ao estímulo às comunidades escolar e local em busca da melhoria da qualidade do ensino, do acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes.

Outra evidência que forneceu resposta sobre os assuntos abordados no CE, foi a opinião do presidente do CE que, em entrevista afirmou que todos os assuntos são abordados, mas questionada sobre o facto de alguns membros do CE referirem que certos assuntos não são tratados com tanta frequência, reagiu da seguinte forma:

"Os membros que desconhecem os assuntos tratados nas nossas reuniões é consequência da sua ausência (...), ou por ser um membro novo que substitui um que desistiu, ou, ainda, por esquecimento, porque temos a agenda para cada reunião e as actas estão disponíveis para os membros".

Portanto, apesar da diferenciação nas respostas, as temáticas dos encontros são abordadas segundo a sua pertinência e necessidade da escola, pois tudo é feito para melhorar a gestão escolar, de forma a efectivar as competências do CE.

Tabela 4.4: Assuntos que constam nas actas, analisados nas reuniões do CE

Assuntos que constam nas actas, analisados nas reuniões do CE		
Acta 1	Acta 2	Acta 3
- Melhoria do processo de ensino aprendizagem.	- Cumprimento do regulamento interno da escola; - Mobilização de pais encarregados de educação para apoiar a escola (salário do guarda).	- Mobilização de pais encarregados de educação para apoiar a escola (salário do guarda).

Analisando as três actas das reuniões, fornecidas pela escola verifica-se que a mobilização de pais encarregados de educação para apoiar a escola (salário do guarda) constitui o assunto mais tratado o que nos leva a validar as respostas dadas pelos membros do CE da EPCMB.

Paro (1990) citado em Basílio (2013, pp.171-172) afirma que a participação é a “alavanca” que gera avanços significativos dentro de um grupo que possui opiniões diferentes. Assim, com o intuito de confirmar a existência de democracia na apresentação de opiniões nas reuniões do CE, recorreu-se a pergunta B2 – *Como é que apresenta as suas opiniões no CE?*. Foram apresentadas três opções de resposta, e os respondentes deveriam assinalar aquela mais usada por eles quando pretendem dar o seu contributo nos encontros. Os resultados ilustrados na Figura 4-7 indicam

que, a maioria (57.9%) “pede a palavra e espera que lhe seja concedida” e outros 31.6% só intervêm “quando o presidente do CE solicita”.

Além do questionário e do guião de entrevista, para esta análise, recorreu-se, também, as actas das reuniões de forma a perceber as intervenções de cada membro do CE.

Sendo a escola uma comunidade educativa é imprescindível a valorização do papel de cada interveniente do processo de ensino. Estes resultados ilustram a existência de alguns sinais duma gestão democrática na escola já que, examinando as participações apresentadas nas actas, constata-se uma rotação de discursos dos representantes de cada segmento.

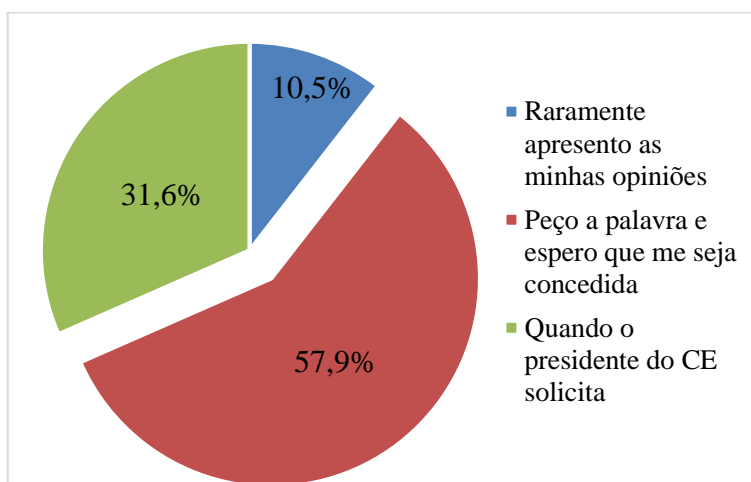


Figura 4-7: Formas de apresentação de opiniões no CE

Esta forma de apresentar as opiniões é semelhante à participação como decisão apresentada por Gandin (2000), como sendo aquela que supera a colaboração, pois, aproxima-se de uma participação democrática, mas, só se decidem aspectos menores, pouco relacionados com uma proposta mais ampla. As decisões são geralmente entre termos pré-estabelecidos, sem influenciar os aspectos mais importantes.

4.4 Mecanismos que o Conselho de Escola da EPCMB utiliza para assegurar a participação da comunidade na escola

A participação da comunidade na vida escolar é um aspecto crucial para a tomada de decisão sobre o futuro dos alunos, já que é ela que manda os seus educandos à escola. Ademais, a escola

existe e realiza as suas actividades dentro da comunidade, daí que haja uma necessidade de criar condições para a sua participação na vida da escola. A comunidade é um dos intervenientes do PEA e a sua participação é, algumas vezes, a garantia do sucesso escolar dos alunos.

Deste modo, os pais e os outros representantes da comunidade participam nas reuniões do CE, porque, pretendem contribuir na elaboração dos projectos pedagógicos curriculares, pretendem acompanhar e avaliar os serviços que a escola presta para a comunidade (Libâneo, 2007).

Um dos objectivos específicos deste estudo era perceber que mecanismos é que são utilizados pela EPCMB para assegurar a participação da comunidade na escola. Evidências foram obtidas através do questionário aos membros do CE e ainda da entrevista com a Directora e a presidente do CE da escola.

No questionário aos membros do CE (pergunta A4), pretendia-se saber como caracterizavam o relacionamento entre a escola e a comunidade. Respostas mostram como ilustra a Figura 4-8 que 84.2% caracteriza como “Bom” e “Muito bom” o que constitui uma evidência do esforço levado a cabo pelo escola como forma de assegurar a ligação com a comunidade.

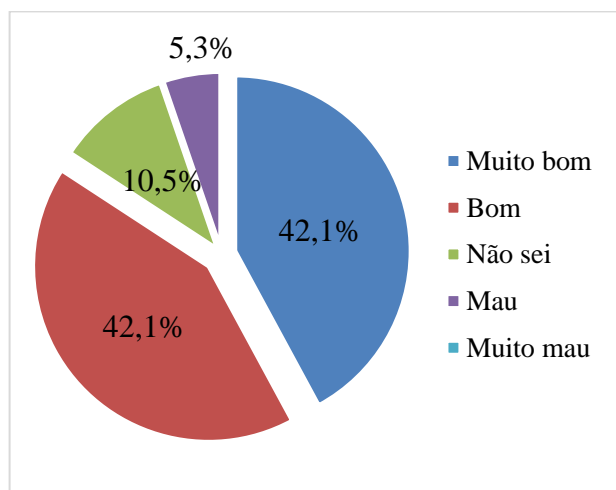


Figura 4-8: Caracterização do relacionamento entre esta escola e a comunidade

De acordo com Diogo (1998, p.67), a participação é a capacidade de colaboração activa dos actores para o desenvolvimento dos processos sociais e organizacionais. Esta tem como finalidade melhorar o relacionamento entre os seus actores, neste caso, seria a família-escola-comunidade.

A participação da comunidade na vida da escola não deve ser colocada em risco. A escola precisa da comunidade e a comunidade da escola. Apesar da maioria ter caracterizado positivamente o relacionamento entre a escola e a comunidade, dois membros da comunidade (ambos do sexo feminino, uma com nível médio e outra com nível secundário) abstiveram-se e apenas 1 respondente (professores com o nível superior) caracterizou como sendo “mau”.

A outra evidência provém da entrevista com a presidente e a directora da escola, em que ambas mostraram-se satisfeitas devido ao envolvimento das pessoas da comunidade para o exercício de actividades como forma de construir uma comunhão entre a escola-comunidade. Esta opinião assemelha-se à apresentada por Teixeira (2011), ao conceituar a comunidade escolar, como sendo “...o conjunto de pessoas envolvidas directamente no processo educativo de uma escola e responsáveis pelo seu êxito, por exemplo: a comunidade local e a família, em uma concepção moderna de escola”.

O Manual de Apoio ao Conselho de Escola prevê que a escola deve levar a cabo um conjunto de actividades como forma de assegurar o contributo dos representantes da comunidade na escola, identificar e buscar soluções para os problemas que afectam o relacionamento escola e comunidade. Evidências para verificar que mecanismos o Conselho de Escola da EPCMB utiliza para assegurar a participação da comunidade nas actividades da escola foi obtida através da pergunta B3 do questionário, onde os membros do CE deveriam apontar os mecanismos usados. As respostas indicam, tal como ilustra a Figura 4-9, que o mecanismo mais utilizado pela escola refere-se às iniciativas para amparar os alunos vulneráveis e órfãos (100% respondeu “SIM”).

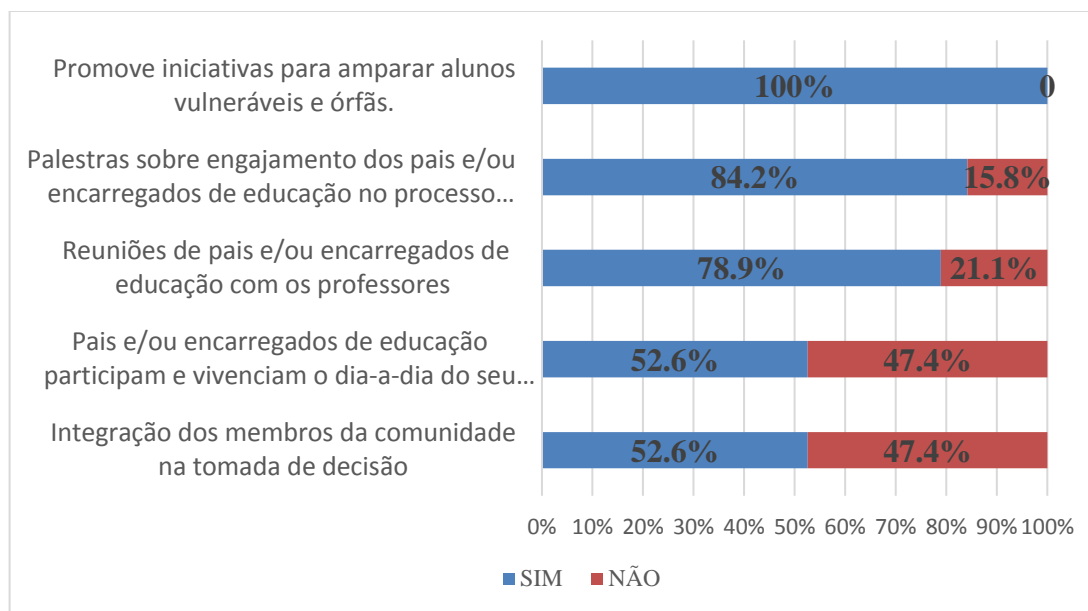


Figura 4-9: Mecanismos do C E da EPCMB para assegurar a participação da comunidade nas actividades da escola

Um outro mecanismo indicado por um grande número dos respondentes (84,2%) foi a organização de palestras sobre engajamento dos pais e/ou encarregados de educação no PEA em casa e na escola.

De acordo com o Manual de Apoio ao Conselho de Escola Primária (MEC,2015), a participação activa e construtiva da comunidade, dos pais e/ou encarregados de educação na tomada de decisões pode melhorar as infra-estruturas, o equipamento e o ambiente escolar e promover o sucesso escolar, pois o seu envolvimento está positivamente ligado aos resultados dos alunos. Uma serie de actividades podem ser desenvolvidas tais como, o acompanhamento e apoio dos seus filhos na realização de trabalhos de casa, contacto regular com os professores para se informar do aproveitamento e comportamento dos seus educandos, apoio à escola na organização de várias actividades extra-curriculares, participação em equipas para trabalhos voluntários de apoio à escola (construção e reabilitação de salas de aula, sanitários, casas para professores, limpeza, jardinagem, entre outros) e contribuição com fundos e meios materiais.

A integração dos membros da comunidade na tomada de decisão e o facto de se permitir que os pais e/ou encarregados de educação vivenciem o dia-a-dia dos seus educandos são mecanismos

que tiveram a mesma percentagem de aprovação dos membros do CE - 52,6%. Segundo os membros do CE, não basta ser eleito, é necessário contribuir e apresentar estratégias, ideias que permitem um óptimo relacionamento entre a comunidade e a escola. Esta opinião é, também, apresentada pela Directora e pela presidente do CE, tendo esta última afirmado o seguinte:

"Fazer parte de um grupo não é simplesmente a presença, mas inclui a distribuição do poder influenciando as decisões tomadas, de forma democrática e, apresentar uma postura que satisfaz os objectivos que o CE da EPCMB pretende alcançar".

Apesar de existirem mecanismos que visam assegurar a participação da comunidade, algumas vezes, o seu papel é ignorado. Esta situação pode ser justificada pela ideia de Bazo et al (2009), ao afirmar que: “a fraca escolaridade dos seus membros é um factor que pode expressar essa limitação, especialmente nas acções relacionadas com a aprendizagem”.

5 CONCLUSÕES

O presente capítulo tem como objectivo principal apresentar as conclusões da pesquisa feita na Escola Primária Completa Machava-Bedene sobre o papel do conselho da escola na ligação escola-comunidade.

O estudo teve como objectivo geral compreender o papel do Conselho de Escola na ligação escola-comunidade na Escola Primária Completa Machava Bedene (EPCMB). Constituíram perguntas de pesquisa as seguintes: Pergunta 1. Qual é a composição e funcionamento do Conselho de Escola na EPCMB? Pergunta 2. Quais as percepções dos membros do CE sobre o papel e actividades realizadas pelo CE? Pergunta 3. Que mecanismos o Conselho de Escola da EPCMB utiliza para assegurar a participação da comunidade na escola?

Para dar resposta a estas perguntas recorreu-se a uma combinação de instrumentos como questionário, entrevista e análise documental. O questionário foi aplicado aos membros do CE, a entrevista foi dirigida à directora da escola e ao Presidente do CE e, análise documental foi feita às actas das reuniões do CE.

Em relação a primeira pergunta: *Qual é a composição e funcionamento do Conselho de Escola na EPCMB?* verificou-se que o CE da EPCMB é constituído por membros eleitos na escola e outros da comunidade num total de 21. Esta composição é ligeiramente diferente daquela estipulada no Manual de Apoio ao CE Primária o que se justifica pelo facto de haver necessidade de incorporar o Director Adjunto Pedagógico dado o domínio que possui da área pedagógica e noutros segmentos pelas constantes desistências ao longo do ano lectivo.

No que diz respeito à selecção dos membros, observa-se uma participação imposta já que, na maior parte dos casos, a direcção da escola é que selecciona e noutros é feita por eleições ou indicação do segmento a que pertence. O motivo indicado pela maioria dos membros para a participação no CE foi a possibilidade de contribuir com ideias e propostas para a melhoria da gestão escolar. As reuniões, tal como indicado no Manual de Apoio ao CE Primária, ocorrem trimestralmente ou extraordinariamente sempre que se mostrar necessário e, a convocatória é o mecanismo mais usado para informação sobre as reuniões. Foi destacada uma participação activa dos membros nas reuniões do CE e as decisões são tomadas por meio de voto.

Em relação à pergunta 2: *Quais as percepções dos membros do CE sobre o papel e actividades realizadas pelo CE?* Aferiu-se que, em relação aos assuntos tratados no CE, destaque vai para a mobilização dos pais e encarregados de educação para apoiar a escola, apreciação de pareceres sobre questões administrativas, apreciação de pareceres sobre questões pedagógicas. Em contrapartida, o plano de actividades constitui o assunto menos tratado.

O CE garante o apoio administrativo ao tratar nas suas reuniões de assuntos que melhoram o funcionamento da escola, pode-se deduzir que os resultados do questionário apontam para uma função mobilizadora, que consiste em, tal como Basílio (2014) afirma, "persuadir aos pais e encarregados de educação para apoiarem a escola", isto é, refere-se ao apoio e ao estímulo às comunidades escolar e local em busca da melhoria da qualidade do ensino, do acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes.

Apesar da diferenciação nas respostas, as temáticas dos encontros são abordadas segundo a sua pertinência e necessidade da escola, pois tudo é feito para melhorar a gestão escolar, de forma a efectivar as competências do CE.

Pode-se ainda concluir que, tal como indicado no Manual de Apoio ao funcionamento do CE (MEC, 2008), que a participação de todos os membros que fazem parte do CE da EPCMB, ilustra uma gestão democrática da escola, contribuindo para um bom desempenho dos professores, um bom aproveitamento pedagógico e uma gestão transparente da direcção.

Em relação à pergunta 3: *Que mecanismos o Conselho de Escola da EPCMB utiliza para assegurar a participação da comunidade na escola?* Foi possível observar em primeiro lugar que todos os membros caracterizaram positivamente o relacionamento entre a escola e a comunidade. A maioria dos participantes apontou como principais mecanismos a promoção de iniciativas para ampararem alunos vulneráveis e órfãos; as palestras sobre engajamento dos pais e/ou encarregados de educação no PEA em casa e na escola; as reuniões de pais e/ou encarregados de educação com os professores.

Os membros do CE apontaram as reuniões de pais e/ou encarregados de educação com os professores como sendo a forma ideal para assegurar a participação da comunidade na vida

escolar, pois, os pais e/ou encarregados de educação terão acesso à realidade dos seus educandos e saberão como ajudar em casa e na escola. Tal como em Diogo (1998, p.67), a participação é a capacidade de colaboração activa dos actores para o desenvolvimento dos processos sociais e organizacionais. Esta tem como finalidade melhorar o relacionamento entre os seus actores, neste caso, seria a família-escola-comunidade. Contudo, foi referido que, fazer parte de um grupo não é simplesmente a presença, mas inclui a distribuição do poder influenciando as decisões tomadas, de forma democrática e, apresentar uma postura que satisfaz os objectivos que o CE da EPCMB pretende alcançar.

O estudo concluiu que, o CE da EPCMB desempenha um papel relevante na ligação escola-comunidade uma vez que a comunidade participa nas reuniões do CE, expõe as suas opiniões livremente, participa na tomada de decisões e coopera na realização de actividades da escola. Contudo, apesar de existirem mecanismos que visam assegurar a participação da comunidade, algumas vezes, o seu papel poderá ser limitado pela fraca escolaridade, especialmente em matérias relacionadas com o processo de ensino-aprendizagem e outras mais complexas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, C. (2000). *As inteligências múltiplas e seus estímulos* (6ª ed.). Campinas: Papirus.
- Basílio, A. (2014). *Papel do conselho de escola no sistema educativo moçambicano: um estudo de caso* (Tese de doutoramento). Universidade Católica, Portugal.
- Bazo, M.; Buendia, M. & Nhavoto, A. (2009). *Direcção e gestão de escolas. Promovendo processos de mudança e formação de direcções de escola*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Bordenave, J. E.D. (1992). *O que é participação* (7ª ed.). São Paulo: Editora Brasilienses, (Colecção Primeiros Passos, nº 95).
- Diogo, A. M. (1998). *Famílias e escolaridade*. Lisboa: Colibri.
- Ferreira, J.M. C. et. al (2003). *Manual de psicossociologia das organizações*. Porto: McGraw-Hill.
- Gandin, D.(2000). *A prática do planeamento participativo* (8ª ed.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Gil, A. C. (1996). *Como elaborar projectos de pesquisa* (3ª ed.). Brasil: Editora Atlas.
- Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). Brasil: Editora Atlas.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. (2002). *Técnicas de pesquisa: Planeamento e execução de pesquisa*. (5ª Edição). São Paulo: Atlas.
- Libâneo, J.C, et al (2007). *Educação escolar: Políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez.
- Lima, L. (1998). *Escola como organização e a participação na organização escolar* (2ª ed.). Braga:UM.
- Luluva, S. (2016). *Políticas educacionais em Moçambique: O Conselho de Escola como componente da gestão democrática da escola pública moçambicana (1975-2003)*. Maputo: Imprensa Universitária.
- MEC (2008). *Guião de capacitação distrital em planificação, orçamentação e análise da implementação do plano estratégico da educação e cultura*. Maputo: InWent.
- MEC (2008). *Regulamento geral do ensino básico*. Maputo: MEC.
- MEC (2015). *Manual de apoio ao conselho de escola primária*. Maputo: INDE.
- MINED (2012). *Plano estratégico da educação 2012-2016*. Maputo: MINED.

Paro, V. H. (2011). *Crítica da estrutura da escola*. Disponível em:

<http://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2014/06/criticadaestrutura.pdf>

Prado, J. M. (1999). *Administração escolar: Uma abordagem crítica do processo administrativo em educação* (2ª ed.). S. Paulo: Atlas.

Teixeira, J.P.L (2011). *A escola e a comunidade: Perspectivas dos directores do conselho de Fafe*. Porto: Instituto Superior Educação e Trabalho.

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A: Questionário dirigido aos membros do Conselho de Escola da EPMB

Caro Membro do CE,

Este questionário é para efeitos académicos e tem como objectivo Compreender o papel do Conselho de Escola na ligação escola-comunidade na Escola Primária Completa Machava Bedene.

É de toda a conveniência que responda com o máximo de rigor e honestidade, pois só assim é possível que a sua escola aposte numa melhoria contínua dos seus serviços. Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer um dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião sincera.

Este questionário é de natureza **confidencial e o seu anonimato será respeitado**.

Cada alternativa deve ser marcada com um **X** de acordo com a sua opção de resposta.

SECÇÃO A – PERCEPÇÃO SOBRE O CE DA EPMB

A1. Como foi seleccionado para fazer parte do Conselho de Escola?

A direcção da escola indicou 1 ☐

Eleições no segmento a que pertença 2 ☐

Indicação pelo segmento que represento 3 ☐

Outra situação (indique qual) _____

A2. Na sua opinião, o que leva as pessoas a participarem no Conselho de Escola?

Aprendizagem 1 ☐ Melhorar a gestão da escola 2 ☐ Cumprir orientações da escola 3 ☐

A3. Como caracteriza o funcionamento do Conselho de Escola da EPCMB.

Muito mau 1 ☐ Mau 2 ☐ Suficiente 3 ☐ Bom 4 ☐ Muito bom 5 ☐

A4. Como caracteriza o relacionamento entre esta escola e a comunidade.

Muito mau 1 ☐ Mau 2 ☐ Não sei 3 ☐ Bom 4 ☐ Muito bom 5 ☐

A5. Como é que toma conhecimento sobre as reuniões do Conselho da Escola?

Através de convocatória 1 ☐ Existe um plano anual 2 ☐ Outra 3 ☐ qual _____

A6. Com que frequência se realizam as reuniões do Conselho desta Escola?

Mensalmente 1 ☐ Trimestralmente 2 ☐ Semestralmente 3 ☐ Anualmente 4 ☐

Outras 5 ☐ qual _____

A7. Tem participado nas reuniões do Conselho da Escola?

Nunca 1 ☐ Às vezes 2 ☐ Sempre 3 ☐

Se a resposta for Nunca, passe para as questões da secção C.

A8. Como se tomam as decisões no Conselho desta Escola?

por votação 1 ☐ consenso dos membros 2 ☐ O presidente do CE decide 3 ☐

SECÇÃO B – PAPEL E ACTIVIDADES REALIZADAS PELO CE**B1. Dos assuntos listados em baixo, diga com que frequência é que eles são tratadas nos Conselhos desta escola?**

Assuntos	Nunca	Raramente	Às vezes	Quase sempre	Sempre
1. Aprovação de relatórios	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
2. Planos de actividades	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
3. Cumprimento do Regulamento Interno	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
4. Apreciação de pareceres sobre questões pedagógicas	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
5. Apreciação de pareceres sobre questões administrativas	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
6. Apreciação de pareceres sobre questões financeiras	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
7. Mobilização dos pais e encarregados de educação para apoiar a escola	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>

B2. Como é que apresenta as suas opiniões no CE?

Descrição	
1. Quando o Presidente do CE solicita	1 <input type="checkbox"/>
2. Peço a palavra e espero que me seja concedida	2 <input type="checkbox"/>
3. Raramente apresento a minha opinião	3 <input type="checkbox"/>

B3. Que mecanismos o Conselho de Escola da EPCMB utiliza para assegurar a participação da comunidade nas actividades da escola?

	SIM	NÃO
1. Palestras sobre engajamento dos pais e/ou encarregados de educação no processo de Ensino-Aprendizagem em casa e na escola	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
2. Reuniões de pais e/ou encarregados de educação com os professores	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
3. Integração dos membros da comunidade na tomada de decisão	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
4. Pais e/ou encarregados de educação participam e vivenciam o dia-a-dia do seu educando na escola.	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
5. Promove iniciativas para amparar alunos vulneráveis e órfãos.	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
6. Outro(s) (indique) _____		

SECÇÃO C - DADOS PESSOAIS

C1. Sexo: Masculino 1 ☐ Feminino 2 ☐

C2. Idade: 10-17anos 1 ☐ 18-25 2 ☐ 26-35 3 ☐ 36-45 4 ☐ mais de 46 anos 5 ☐

C3. Qual é o nível académico mais alto obtido?

Primário 1 ☐ Secundário 2 ☐ Curso Médio 3 ☐ Bacharelato 4 ☐

Licenciatura 5 ☐ Mestrado 6 ☐

C4. Há quanto tempo é membro do CE na Escola Primária de Machava Bedene?

Menos de 1 ano 1 ☐ 1 a 2 anos 2 ☐ 3 a 5 anos 3 ☐ Mais de 5 anos 4 ☐

C5. Que grupo representa dentro do Conselho da Escola?

Professores 1 ☐ Alunos 2 ☐ Funcionários 3 ☐ Pais/Encarregados de educação 4 ☐

Comunidade 5 ☐

SECÇÃO D - OUTROS COMENTÁRIOS

Se tem qualquer comentário que gostaria de fazer sobre aspectos relacionados com este assunto e que não foram abordados neste questionário, use por favor este espaço.

APÊNDICE B: GUIÃO DE ENTREVISTA DIRIGIDO AO PRESIDENTE DO CONSELHO E À DIRECTORA DA ESCOLA

1) Contextualização e objectivos da pesquisa

2) Dados pessoais e profissionais

- a. Há quanto tempo é Director da Escola ou Presidente do CE?
- b. Há quanto tempo trabalha na escola?
- c. Quais são as suas habilitações literárias?

3) Sobre o Conselho de Escola: constituição e funcionamento

- a. Qual é a constituição do CE? Como são seleccionados os membros?
- b. Como caracteriza a relação entre os membros do CE e a direcção da escola?
- c. Com que frequência se reúnem? Como é que os membros tomam conhecimento da reunião do CE?
- d. Que assuntos são debatidos? Quais são os assuntos com maior contribuição dos membros?
- e. Existe um acompanhamento/ monitoração da implementação ou progresso dos assuntos tratados ou decididos nos Conselhos da Escola?
- f. Qual é o nível de participação dos membros nas reuniões do CE?
- g. Como são tomadas as decisões nas reuniões do CE?
- h. Qual é a importância das decisões tomadas no CE para a escola?

4) Sobre o papel do Conselho da Escola na ligação escola-comunidade

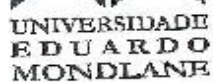
- a. Que actividades são desenvolvidas entre a escola e a comunidade?
- b. Que mecanismos o Conselho de Escola da EPCMB utiliza para assegurar a participação da comunidade nas actividades da escola?
- c. Como caracteriza a relação entre esta escola e a comunidade?

5) Outros comentários

- a. Tem outros comentários que gostaria de fazer sobre este assunto?

6) Agradecimento pela contribuição e tempo disponibilizado.

50

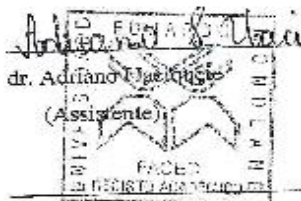


CREDENCIAL

O Director Adjunto para Graduação

dr. Adriano Maggi

(Assistente)



(Nome do Estudante)

² (Curso que frequenta)

² (Instituição de recolha de dados)

² (Finalidade da visita)

^c (Data, Mês, Ano)

Theccibid

RECEIVED
GOVERNMENT OF CANADA
DEPARTMENT OF JUSTICE
OTTAWA, ONTARIO K1P 8L9
JAN 10 1978